

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.194 - SP (2019/0014574-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : SERGIO PINTO DE GODOY
AGRAVANTE : JAMILE ABDEL LATIF
ADVOGADOS : JAMILE ABDEL LATIF (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS -
SP160139
EDER ALMEIDA DE SOUSA - SP286976
BETÂNIA MARQUES DE OLIVEIRA - SP332114
AGRAVADO : BL BITTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA -
MASSA FALIDA
ADVOGADO : AUGUSTO ROSSONI LUVISON E OUTRO(S) - RS064106

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **SÉRGIO PINTO DE GODOY E OUTRA**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 42, e-STJ):

Habilitação de crédito - Verba honorária - Certidão expedida em favor de sindicato - Habilitação em favor de advogado - Descabimento - Direito do sindicato - Jurisprudência - Inexistência de prova de cessão de crédito - Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial (fls. 50-58, e-STJ), os insurgentes alegaram ofensa, pelo aresto estadual, aos artigos 23 da Lei 8.904/94; 85, § 14, do CPC/15; e 104 e 286 do Código Civil.

Sustentaram, em síntese, que os honorários assistenciais pertencem à advogada e não ao cliente ou ao sindicato, tendo ela legitimidade para habilitar seu crédito na falência, os quais foram cedidos expressamente por contrato firmado entre a advogada e o sindicato da categoria.

Sem contrarrazões (fl. 61, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fl. 66, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 69-75, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Sem contraminuta (fl. 87, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Os insurgentes apontam violação aos artigos 23 da Lei 8.904/94; 85, § 14, do CPC/15; e 286 do Código Civil, sustentando que os honorários assistenciais pertencem à advogada e não ao cliente ou ao sindicato, tendo ela legitimidade para habilitar seu crédito na falência, os quais foram cedidos expressamente por contrato firmado entre a advogada e o sindicato da categoria.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 44-46,

e-STJ):

De acordo com o disposto no artigo 16 da Lei nº 5.584/70, a entidade sindical é a titular dos honorários advocatícios originários de reclamação trabalhista: "Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente." Nesse sentido, é a jurisprudência citada no parecer ministerial: [...]

A regra legal referida ostenta caráter especial e não pode ser suplantada pelas regras gerais invocadas pelos recorrentes, de maneira que **tendo a entidade sindical atuado a partir de legitimidade extraordinária, como substituto processual, a titularidade do crédito correspondente à verba honorária sucumbencial estabelecida em demanda julgada na Justiça do Trabalho lhe é atribuída.**

Na espécie, então, conforme a certidão apresentada, os honorários foram, correta e regularmente, fixados em prol do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão, Cortiça e Artefatos de Limeira e Região (fls. 11/12), **não havendo prova de que houve uma cessão de crédito, em particular com o atendimento dos requisitos previstos nos artigos 286 e 290 do Código Civil de 2002, o que inviabiliza o pleito dos recorrentes.**

As cláusulas inseridas no contrato de prestação de serviços celebrado entre o agravante e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão, Cortiça e Artefatos de Limeira e Região (em especial, a Cláusula 2ª) não ostentam, inclusive, eficácia suficiente para possibilitar a habilitação pretendida. A remuneração devida ao advogado há de ser arcada pelo sindicato contratante, mediante repasse se fosse o caso, mas o crédito em relevo permanece de titularidade desta mesma entidade sindical, que é a credora efetiva.
[grifou-se]

Como se vê, na hipótese, diante das peculiaridades do caso concreto, a partir da análise do conteúdo fático e probatório dos autos e da interpretação das cláusulas do contrato celebrado entre as partes, o órgão julgador constatou que os honorários foram corretamente fixados em prol do Sindicato, "não havendo prova de que houve uma cessão de crédito, em particular com o atendimento dos requisitos previstos nos artigos 286 e 290 do Código Civil de 2002" (fl. 45, e-STJ).

Destacou, ainda, que "as cláusulas inseridas no contrato de prestação de serviços celebrados entre o agravante e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão, Cortiça e Artefatos de Limeira e Região (em especial, a Cláusula 2ª) não ostentam, inclusive, eficácia suficiente para possibilitar a habilitação pretendida" (fl. 46, e-STJ).

Para derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar se houve comprovação da cessão do crédito ou se a parte recorrente possui legitimidade para habilitação do crédito, na hipótese, seria imprescindível a análise de cláusulas contratuais e a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante aos óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

A propósito, citam-se precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
FALÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. impugnação JULGADA
PROCEDENTE, COM A CONDENAÇÃO DA IMPUGNADA EM

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, POR FORÇA DE CESSÃO DE CRÉDITO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO CALCADA NAS PROVAS CARREADAS AOS AUTOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. ART. 42, § 3º, DO CPC. EFEITOS DA CESSÃO QUE NÃO ALTERA A LEGITIMIDADE AD CAUSAM. ofensa aos ARTS. 568, DO CPC, 92 E 287 DO CC/2002. INOVAÇÃO DE ARGUMENTOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. **1. O Tribunal de origem, com base nas provas aportadas aos autos, concluiu que "a cessão de créditos é genérica, inexistindo informação concreta acerca da efetiva cessão do crédito em discussão, de forma que não há que se falar em substituição do pólo passivo da demanda". Assim, a revisão do julgado demandaria nova incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial por força do óbice contido na Súmula 7/STJ.** 2. Ainda que assim não fosse, a extensão de efeitos de que trata o art. 42, § 3º, do CPC não significa alteração da legitimidade, pois, conforme o disposto no caput do mesmo dispositivo, "a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes". 3. A pretensão de ver analisados argumentos não veiculados anteriormente, mas trazidos somente com a oposição de embargos de declaração, não configura prequestionamento, e sim pós-questionamento, por isso que a ausência de manifestação do Tribunal sobre a questão não implica violação ao disposto no art. 535 do Código de Processo Civil. Incidência da Súmula 211/STJ. Precedentes. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 19.150/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11.12.2012, DJe 18.12.2012) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. IMOBILIÁRIA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. DECISÃO MANTIDA. **1. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda consistente na legitimidade ativa da imobiliária para promover a execução do contrato de locação, o que faz incidir as Súmulas nºs 5 e 7, ambas do STJ.** 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 834.682/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15.03.16, DJe 29.03.16) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Não há violação do artigo 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão que lhe é submetida. **2. A revisão da conclusão estadual - acerca da legitimidade ativa dos segurados para o ajuizamento da presente**

demanda e a não ocorrência da prescrição - demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providências inviáveis na via estreita do recurso especial, ante os óbices dispostos nas Súmulas 5 e 7/STJ. 3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em virtude de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo. 4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 999.595/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20.03.18, DJe 27.03.18) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

especial.
2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator